

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ENGENHARIA DA PESCA E
AQUICULTURA

LORENA SIMÕES SILVA

A OPÇÃO PELO SIMPLES COMO ECONOMIA TRIBUTÁRIA PARA AS
EMPRESAS NO RAMO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

CACOAL, RO
2009

LORENA SIMÕES SILVA

**A OPÇÃO PELO SIMPLES COMO ECONOMIA TRIBUTÁRIA PARA AS
EMPRESAS NO RAMO DE ANÁLISES CLÍNICAS**

Artigo apresentado a Fundação Universidade Federal de Rondônia, Campus Cacoal, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Esp. Charles Carminati de Lima

**CACOAL, RO
2009**

**A OPÇÃO PELO SIMPLES COMO ECONOMIA TRIBUTÁRIA PARA AS
EMPRESAS NO RAMO DE ANÁLISES CLÍNICAS.**

Por

LORENA SIMÕES SILVA

Artigo apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia, Curso de Ciências Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, mediante a Banca Examinadora, formada por:

Presidente

Prof. Esp. Charles Carminati de Lima – Orientador/UNIR

Membro

Prof^a. Ms. Estela Pitwak Rossoni – UNIR

Membro

Prof. Ms. Wellington Silva Porto – UNIR

**Cacoal, RO
2009**

A OPÇÃO PELO SIMPLES COMO ECONOMIA TRIBUTÁRIA PARA AS EMPRESAS NO RAMO DE ANÁLISES CLÍNICAS.

LORENA SIMÕES SILVA¹

RESUMO: O presente artigo tem o propósito de verificação quanto aos resultados obtidos pela opção de tributação pelo regime Simples Nacional, observando três empresas ambas atuantes no ramo de análises clínicas. O objetivo desta pesquisa é evidenciar a importância do Planejamento Tributário para evitar a alta carga tributária no âmbito federal, estadual, e municipal. Avaliando dois regimes tributários: Simples Nacional e Lucro Presumido mostrando a importância nos resultados da empresa e como proceder a uma economia de impostos por meios lícitos, como também enfocar o Simples Nacional como sendo o regime mais compensatório, estabelecendo qual o grau de relevância do fator “r”, sendo este a relação estabelecida entre a folha de pagamento e a receita auferida, bem como a aplicação da alíquota para os ramos de atividade enquadrados no Anexo V da lei 123/2006. No planejamento tributário foram desenvolvidos estudos bibliográficos, documentais, análises dos dados e informações, por meio das demonstrações contábeis fornecidas pelas empresas, duas optantes pelo Simples Nacional, e uma optante pelo Lucro Presumido, ambas com faturamento até 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais). Conclui-se que para as empresas analisadas A e B a melhor forma de tributação é o Simples Nacional pela sua atividade e volume de receita, e valor de sua folha de pagamento onde é possível pagar os impostos com alíquotas reduzidas. Já a empresa C a pesquisa mostrou que a melhor forma de tributação é o Lucro Presumido, em virtude do valor de sua folha de pagamento.

Palavras-Chave: Planejamento Tributário. Simples Nacional. Economia Tributaria.

INTRODUÇÃO

Analisando que no Brasil existem 5,1 milhões de empresa e que as micro e pequenas empresas (MPEs) respondem por 98% das empresas, 67% das ocupações e 20% do PIB (SEBRAE, SP, 2009), decidiu-se por essa pesquisa com o propósito de verificação quanto aos resultados obtidos pela opção de tributação pelo regime Simplificado de tributação, observando 03 (três) empresas do ramo de análises clínicas.

Não seria possível amenizar a situação do país tanto no seu aspecto econômico, quanto no social sem falar das diversas estratégias que o administrador realiza para chegar a um objetivo sendo esse amenizar os custos e aumentar a lucratividade, então fica claro que

¹ Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* de Cacoal Ro., sob a orientação do Professor Charles Carminati de Lima.

são dois lados da moeda, onde um visa cobrar e arrecadar sua receita (Setor Público), e o outro reduzir seus custos, e aumentar sua lucratividade (Empresário).

Surge então a importância do profissional contábil no planejamento tributário, pois está ligada a economia das empresas do país que com o surgimento a cada dia de novas leis, decretos, atos normativos que dificultam a sobrevivência das mesmas, cabendo ao profissional contábil utilizar seus instrumentos e conhecimentos fazendo uma análise intrínseca do estudo científico sobre a melhor maneira de se chegar à decisão, podendo apresentar as vantagens e desvantagens dos caminhos promissores das empresas.

Pode-se dizer que o aprofundamento do estudo para conhecimento da legislação tributária das microempresas e empresas de pequeno porte é uma necessidade, tornando-se o ponto crucial para a definição de como saber utilizar os meios existentes e possíveis na lei para se obter uma economia fiscal.

O profissional qualificado e capacitado com conhecimento da legislação e do direito tributário exerce um papel fundamental para fornecer relatórios consistentes e confiáveis mostrando caminhos que o empresário poderá seguir para alcançar seu objetivo, podendo delinear as futuras projeções que a empresa espera alcançar.

Entende-se que nesse sentido a elisão fiscal surge como uma ferramenta importante para a prevenção e utilização de meios lícitos para atingir a redução de impostos, como uma prevenção que baseia-se *a priori* nos estudos dos fatos e atos jurídicos que determinarão o caminho a ser seguido pelo agente econômico.

Por esta razão, pretende-se, com o presente artigo, apresentar considerações observadas nas três empresas alvo da pesquisa para se verificar quais os resultados obtidos com a opção pelo regime Simples Nacional. Também, delinear o comportamento da empresa em relação a opção do Simples Nacional ou Lucro Presumido.

O objetivo desta pesquisa é evidenciar a importância do Planejamento Tributário para evitar a alta carga tributária no âmbito federal, estadual, e municipal. Avaliando dois regimes tributários: Simples Nacional e Lucro Presumido mostrando a importância nos resultados da empresa e como proceder a uma economia de impostos por meios lícitos. No planejamento tributário serão desenvolvidos estudos bibliográficos e análises dos dados e informações, através das demonstrações contábeis fornecidas pelas empresas, ambas atuantes no ramo de análises clínicas, duas optantes pelo Simples Nacional, e uma optante pelo Lucro Presumido, ambas com faturamento até 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais).

Como também enfocar o Simples Nacional como sendo o regime mais compensatório, estabelecendo qual o grau de relevância do fator “r”, sendo este a relação

estabelecida entre a folha de pagamento e a receita auferida, bem como a aplicação da alíquota para os ramos de atividade enquadrados no Anexo V da lei 123/2006, como é o caso das empresas objeto deste, ambas prestadoras de serviço atuantes no ramo de Laboratório de Análises Clínicas.

1 O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

A carga tributária no Brasil é extremamente elevada, e o sistema tributário é um dos mais complexos do mundo, e tais fatores penalizam sobremaneira o custo da maioria das empresas, gerando transtornos para o gerenciamento contábil e financeiro dos impostos e demais tributos. Nesse ambiente cresce a responsabilidade do profissional contábil, sendo necessário que o contador seja um grande conhecedor da legislação tributária e desempenhe suas funções de acordo com os princípios e normas contábeis existentes.

Segundo Deus (2006):

O Sistema Tributário é entendido como sendo o complexo orgânico formado pelos tributos instituídos em um país ou região autônoma e os princípios e normas que os regem. Por consequência, podemos concluir que o Sistema Tributário Brasileiro é composto dos tributos instituídos no Brasil, dos princípios e normas que regulam tais tributos.

As freqüentes alterações na legislação tributária tornam o sistema tributário cada vez mais complexo e instável, ressaltando a necessidade de um rigoroso planejamento na gestão dos tributos.

O tributo nasceu com objetivo de arrecadar fundos para financiar o Estado, nos seus custos e gastos, feitos ou planejados, na busca de seus objetivos. Hoje os tributos têm um grande significado social, por ser o maior responsável pelo financiamento dos programas e ações do governo nas áreas da saúde, previdência, educação, moradia, saneamento, meio ambiente, energia e transporte, dentre outras.

Segundo dados do Gomes (2007, p. 34) “estima-se a existência de aproximadamente 60 tributos vigentes, com diversas Leis, Regulamentos e Normas constantemente alteradas”.

Num país como o Brasil, em que a carga tributária excessiva coloca-se como um dos maiores entraves à produção e ao desenvolvimento, a compreensão dos problemas tributários tem importância inmensurável, não podendo o Estado, na tentativa de arrecadar mais e mais, desrespeitar os limites impostos pela Constituição e pelo próprio Código Tributário Nacional.

Para tanto, a Constituição Federal, juntamente com o CTN, impõe diversos limites ao poder de tributar do Estado, trazendo normas de competência e definindo as espécies tributárias especificando suas aplicações.

1.1 A capacidade contributiva

A capacidade contributiva é a capacidade econômica do indivíduo de contribuir com as necessidades do estado, o indivíduo deve recolher os tributos na medida de sua capacidade econômica. Cabe então ao estado conforme disposto na Constituição Federal:

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes impostos:

§ 1º. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado a administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

O Princípio da Capacidade Contributiva é o princípio jurídico que orienta a instituição de tributos impondo a observância da capacidade do contribuinte de recolher aos cofres públicos. Neste sentido, vale transcrever os ensinamentos de Fabretti (2007, p. 124):

Na verdade, o que este princípio procura é atender a máxima de justiça tributária que diz “ quem pode mais deve pagar mais, quem pode menos deve pagar menos e quem não pode não deve pagar nada”. Por essa razão, a legislação tributária deve procurar medir a capacidade contributiva de cada particular para graduar sua tributação de forma justa.

E segundo Amaro (2009, p. 138):

O princípio da capacidade contributiva inspira-se na ordem natural das coisas: onde não houver riqueza é inútil instituir imposto, [...] não se quer apenas preservar a eficácia a lei de incidência, quer se preservar o contribuinte, buscando evitar uma tributação excessiva que comprometa os seus meios de subsistência , ou o livre exercício de sua profissão, ou a livre exploração de sua empresa, ou o exercício de outros direitos fundamentais, já que tudo isso relativiza sua capacidade econômica.

Aplicação prática deste princípio encontra-se na alíquota progressiva, presente no imposto de renda, no imposto sobre a propriedade territorial urbana, no imposto sobre a propriedade territorial rural, etc.

1.1.1 Princípio da Isonomia Tributária

A Isonomia Tributária fundamenta-se no princípio constitucional geral da igualdade de todos perante a lei, presente nos art. 5.º (caput e I) e 19, III, ambos da CF.

No campo tributário, os entes tributantes devem tratar de forma igual os contribuintes que estejam em situação equivalente e tratar de forma desigual os desiguais, na medida das suas desigualdades. Não cabe, portanto, em matéria tributária, qualquer diferenciação no tratamento entre aqueles que se encontram em situações idênticas (art. 150, II, CF).

Isso vale tanto para o elaborador da lei, que não pode estabelecer hipóteses de incidência privilegiando um outro segmento, como vale, também, para o aplicador da lei, pois este deverá aplicar a lei a todos que tenham praticado atos ou se encontrem em situação descritos na hipótese relativa à incidência de um dado tributo.

Amaro (2009, p. 135) relata que “nem pode o aplicador, diante da lei, discriminar, nem se autoriza o legislador, ao ditar a lei a fazer discriminações. Visa o princípio à garantia do indivíduo, evitando perseguições e favoritismos.”

1.2 Definição e classificação dos tributos

O Código Tributário Nacional Brasileiro, em seu art. 3º preceitua que "tributo" é "toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".

A respeito do tema Amaro (2009, p. 25, 26) relata:

Ao dizer-se que o tributo é prestação instituída em lei não apenas se contempla o princípio da legalidade do tributo (no sentido de cabe à lei instituí-lo, definindo o respectivo fato gerador, o devedor e os elementos necessários a quantificar a prestação), mas também se sublinha a origem legal (e não contratual) do tributo. Por isso, não é necessária a referência compulsoriedade da prestação tributaria. Conforme acima explicitamos, ao dizer-se que a prestação tributária é instituída por lei, já se expressa que o nascimento da obrigação tributaria não tem por base a vontade dos sujeitos da relação jurídica, mas sim o comando legal.

E de acordo com o CTN art.5º “os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria.” Dispõe ainda que o tributo só pode ser exigido por lei e cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Muito se discute acerca da quantidade de espécies de tributos existentes no sistema tributário, existem aqueles que consideram tributos apenas as três espécies trazidas no artigo 5º do CTN, é a chamada teoria tripartite.

Porém, tendo como base os artigos 217 do CTN e 148 e 149 da Constituição Federal, grande parte dos Doutrinadores a exemplo de Amaro (2009), têm considerado o empréstimo compulsório e as contribuições sociais como espécies do gênero tributo, esta é a chamada teoria quinquipartida, e a que se considera a mais coerente.

1.2.1 Impostos

O imposto é instituído por lei, e não esta vinculado a nenhuma prestação específica do Estado ao contribuinte, eles são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Os impostos se caracterizam por serem de cobrança compulsória e por não darem um retorno ao contribuinte sobre o fato gerador, conforme disposto no CTN “Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade específica relativa ao contribuinte”. Conforme discriminado no quadro abaixo os impostos são de competência exclusiva da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal.

Quadro 1- Impostos e suas respectiva competências tributarias.

Impostos	União	Estados e DF	Municípios
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.		x	
IE - imposto sobre exportação	x		
II- Imposto sobre importação	x		
Imposto sobre grandes fortunas	x		
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras	x		
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados.	x		
IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana			x
IPVA - Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores		x	
IR - Imposto de Renda e Proventos de qualquer natureza.	x		
ISSQN - Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza			x
ITBI - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens e Imóveis e de Direitos Reais a eles relativos			x
ITCMD – Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação, de quaisquer bens ou direitos.		x	
ITR - Imposto Territorial Rural	x		

1.2.2 Taxas

As taxas são tributos pagos pelo contribuinte em contrapartida de um serviço público que lhe é prestado ou posto à sua disposição. De acordo com Gomes (2007, p. 24) Taxa “está vinculada a utilização efetiva ou potencial por parte do contribuinte, de serviços públicos específicos e divisíveis”.

1.2.3 Contribuição de Melhoria

As contribuições de melhoria são cobradas quando ocorrer valorização imobiliária para o contribuinte em virtude de obras públicas, conforme disposto no CTN “Art. 81. [...] é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária [...]”.

1.2.4 Contribuições Especiais

Contribuição especial é uma denominação doutrinária, adotada por parte dos tributaristas pátrios. Mas o mais importante é saber que existem características que a diferenciam dos demais tipos de tributos.

A grande característica que diferencia as contribuições especiais das demais espécies tributárias (impostos, taxas, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios) é o fato de sua instituição estar vinculada ao financiamento de determinada atividade em prol da sociedade. Isto quer dizer que tais tributos são classificados como tributos de arrecadação vinculada a alguma finalidade.

Assim dispõe o artigo 149 da CF/88:

Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observada o disposto nos artigos 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no artigo 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo. (g.n.)

1.2.4.1 Contribuições Sociais

São tributos que se destinam a financiar atividades relativas a direitos sociais da população, tais como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social,

proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados (art. 6º, CF/88). Em virtude do montante dos recursos despendidos no custeio de cada um destes direitos sociais, costuma-se subdividir as contribuições sociais em: a) Contribuições de Seguridade Social; b) Contribuições Residuais de Seguridade Social; c) Contribuições Sociais Gerais. Exemplos práticos, de tais contribuições são a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), o PIS/Pasep (Programa de Integração Social), além de outras.

Como cita Fabretti (2007, p. 114):

Foram instituídas pelo art. 195 da CF, que teve sua redação alterada pelo Emenda Constitucional nº 20/1998. Essa emenda ampliou o conceito de contribuinte das contribuições sociais, que era o empregador, passando a definir como contribuinte, além do empregador, a empresa e a entidade equiparada na forma da lei.

1.2.4.2 Contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE)

Tratam-se de contribuições tributárias destinadas a custear atividades de intervenção da União na economia. Esta intervenção estatal na economia pode vir revestida da forma de fiscalização ou de fomento. Essas contribuições destinam-se a financiar ações de controle do mercado, qualidade do produto ou serviço e expansão de atividades econômicas. Exemplos práticos de tais tributos são a CIDE-combustíveis (art. 177, §4º, CF) e a CIDE-royalties (criada pela Lei n. 10.168/2000, para estímulo ao desenvolvimento tecnológico nacional).

São contribuições regulatórias, utilizadas como instrumento de política econômica para determinadas situações que exijam a intervenção da União na economia do país. Fabretti (2007, p. 116).

1.2.4.3 Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas

São tributos criados pela União com o objetivo de financiar atividades de interesse de instituições representativas de classe (sindicatos) ou entidades destinadas à fiscalização de atividades profissionais (conselhos profissionais). A primeira destas é a famosa Contribuição Sindical, que todos os trabalhadores estão obrigados a pagar, prevista no final do art. 8º, inciso IV, da CF/88. A segunda é a contribuição devida por aqueles que exercem profissões regulamentadas, destinada a financiar as atividades de fiscalização dos Conselhos Profissionais (CREA, CRM, CRC, CREF, CRO, etc).

Segundo Fabretti (2007, p. 118) “São contribuições destinadas a custear os serviços dos órgãos responsáveis pela habilitação, registro e fiscalização das profissões regulamentadas, consideradas como autarquias federais pela Constituição Federal.”

1.2.4.4 Contribuições para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CCSIP)

Conforme o art. 149-A, inserido na CF/88 por força da EC 39/02. “Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.”

Com este novo dispositivo constitucional, passou-se a prever a possibilidade de os Municípios (e o DF) instituírem a chamada Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CCSIP), por meio de lei própria destes entes federativos. Esta contribuição, ainda em discussão no âmbito do STF a título de sua constitucionalidade, resultou de uma batalha política travada pelos Municípios das grandes cidades brasileiras que necessitavam de maiores recursos para custear os serviços de iluminação pública.

1.2.5. Empréstimos Compulsórios

São decretados unicamente pela União, podendo ser instituídos por Lei complementar para atender despesas extraordinárias e urgentes, decorrentes de Guerra externa ou sua iminência, Calamidade Pública, ou investimento publico de caráter urgente, ou de relevância Nacional.

Frisa-se que os valores obtidos com o Empréstimo Compulsório, não integram o patrimônio público, pois é restituível ao contribuinte. A mesma Lei que ira instituir o empréstimo compulsório, ira disciplinar sua devolução e o prazo de resgate. A devolução deverá ser feita em moeda corrente, e garantir o poder aquisitivo da moeda, sob pena de configurar-se o confisco, o que é vedado pelo art. 150, IV, da Constituição.

2 O PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Em tempos de mercado competitivo, de aumento da concorrência entre as empresas nacionais, o Planejamento Tributário assume um papel de extrema importância na estratégia e finanças das empresas, pois quando se analisam os balanços das mesmas, percebe-se que os

encargos relativos a impostos, taxas e contribuições, são, na maioria dos casos, mais representativos do que os custos de produção. Portanto, procurar formas lícitas para reduzir o pagamento de tributos e ao mesmo tempo estar atento às mudanças da legislação é uma necessidade cada vez mais iminente para a maximização dos lucros das empresas, para manutenção dos negócios, bem como melhoraria os níveis de empregos.

Diante da inépcia do legislativo e executivo em reduzir a carga tributária, ou mesmo uma reforma tributária que desonere a produção, resta aos empresários utilizar-se de instrumentos capazes de reduzir a incidência de tributos sobre suas atividades, e com isso ganha relevo o planejamento tributário, instrumento de gestão capaz de reduzir ou postergar o pagamento de tributos, se revestindo da maior importância no contexto globalizado da economia, no qual as empresas têm de reduzir ao máximo seus custos e despesas, de maneira a ser competitivas e poder perdurar no ramo a que se propuseram atuar.

Porém, enquanto as mudanças e reformas tributárias não acontecem, as pessoas físicas e jurídicas, buscam formas de resguardar seus direitos, seus patrimônios, de forma a pagar somente o que é de direito e justo, concorrendo para tanto o Planejamento Tributário.

Para a contabilidade não existe distinção de obrigações tributárias e o fato gerador sendo para as empresas grandes, médias ou pequenas. Assim, todas precisam de planejamento tributário mudando apenas os tipos de tributos de acordo com o ramo de atividade e o regime tributário escolhido. Nesse sentido, a necessidade e a essencialidade de se planejar são citadas por Fabretti (2007, p. 32), “há alternativas legais válidas para grandes, mas são inviáveis para médias e pequenas dado ao custo que as operações necessárias para execução desse planejamento podem exigir”.

Portanto, o planejamento tributário realiza um processo de sistema preventivo lícito para se obter a diminuição do pagamento do tributo.

Para reafirmar Zanluca, (2009) entende que:

O planejamento tributário é um conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos. O contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive dos impostos. Se a forma celebrada é jurídica e lícita, a fazenda pública deve respeitá-la.

Para poder usufruir de todas as formas legais de planejamento tributário é necessário que ele seja elaborado seguindo os princípios contábeis e de acordo com os preceitos exigidos em lei e forma jurídica, realizando assim um levantamento sobre as diversas formas lícitas de

se postergar ou até mesmo excluir a obrigação tributária, quando formulado e elaborado corretamente o planejamento se torna uma importante ferramenta de gestão.

No mesmo conceito Latorraca (2000, p. 57) define planejamento tributário:

Costuma-se, então, denominar de Planejamento Tributário a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos com o objetivo de informar quais os **ônus tributários** em cada uma das opções legais disponíveis. O objeto do planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias opções legais, o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal [grifo da autora].

Como se observa no conceito supracitado, o planejamento tributário vem a cumprir o papel de um redutor, postergador dos tributos que incidem nas atividades das empresas, embasado nos ditames jurídicos existentes, onde se aproveita das lacunas, bem como da Lei propriamente dita, dos incentivos e programas existentes, para com isso, diminuir as despesas com tributos, ou seja, o ônus fiscal, oferecendo desta maneira um diferencial competitivo em função de que, a carga tributária brasileira representa uma redução considerável do lucro, ou de outro ângulo, quase metade dos custos e despesas das empresas.

As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, não devem estar alheias a ações que lhes possam favorecer maior economia tributária ou de racionalização de seus procedimentos fiscais, em razão do grande número de tributos existente e da elevada carga tributária vigente no país, tais fatores aumentam o custo das empresas, além de obrigá-las, a praticarem preços reduzidos, que não proporcionam o justo retorno do capital investido, reduzindo sua lucratividade e muitas vezes operando com prejuízo ou recorrendo à sonegação para sobreviver.

Para realizar um planejamento tributário, nem sempre precisa-se de grandes e sofisticadas operações de reengenharia; pequenos cuidados podem reduzir os tributos de forma legal e, as pesadas multas que são aplicadas em caso de infração, inclusive com risco de processo criminal, conforme previsto em Lei própria.

2.1 Elisão e Evasão Fiscal

Elisão é o ato de suprimir, eliminar o fato gerador do tributo, portanto, ato lícito. Dória (1977, p. 46) reserva o seguinte conceito para elisão “[...] ação tendente a evitar, minimizar ou adiar a ocorrência do próprio fato gerador”.

A elisão fiscal evidencia através da vontade do contribuinte apresentar na sua pecuniaridade e atos compulsórios suas obrigações ao fisco, observando os aspectos legais existentes, ou conjunto de ações lícitas que visam postergar, diminuir ou extinguir uma obrigação tributária, que para Gomes (2006) “é o estudo de alternativas lícitas de formalização jurídica de determinada operação antes da ocorrência do fato gerador, para que o contribuinte possa optar pela que apresente o menor ônus tributário.”

A clareza da elisão fiscal se mostra no teor dos princípios que são diretrizes políticas, lógicas, sociais e econômicas, e alicerces que prevalecem sobre todas as normas, mostrando garantias asseguradas aos contribuintes buscando seguir os preceitos constitucionais da lei maior CF/88, no seu artigo 3º inciso I, na visão tributária estabelece dois princípios do planejamento tributário, sendo eles o princípio da liberdade fiscal e da capacidade contributiva, havendo assim um vínculo entre a liberdade fiscal de liberdade no sentido constitucional, ou seja, liberdade fiscal é a escolha de como tributar, enquanto a capacidade contributiva vincula-se a idéia de justiça e solidariedade.

A evasão fiscal entende-se como sofisma, uma forma popularmente conhecida por “sonegação”, ou ato ilícito, por total desconhecimento ou omissão, visando diminuir, extinguir ou postergar o pagamento de uma obrigação tributária e de acordo com Dória (1977, p. 21), conceitua-se evasão fiscal *latu sensu* toda qualquer ação ou omissão tendente a elidir, reduzir ou retardar o cumprimento da obrigação tributária.

Evasão é o ato de evadir-se, fugir ao dever jurídico de pagar tributo, e constitui, portanto, ato ilícito. Dória (1977, p. 39) afirma que “alguns autores definem com o termo evasão a abstenção do sujeito de praticar atos ou de se situar numa posição (fatos geradores), de que decorrem obrigações tributárias capituladas em lei”.

Apesar das várias correntes teóricas acerca do conceito de evasão fiscal, o que predomina na corrente doutrinária é o conceito de que a evasão fiscal ocorre após o fato gerador da obrigação tributária, consubstanciando uma infração tributária, portanto ilícita, consoante Lei dos Crimes contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo (Lei nº 8.137/90). Referida lei define que constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo mediante as condutas discriminadas no seu texto, das quais ressaltamos as seguintes:

- [...]a) omitir informação ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias; fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;
- b) falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo a operação tributável.

- c) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber ser falso ou inexato;
- d) utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública; e
- e) fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento do tributo.

2.2 Formas de tributação aplicáveis as pessoas jurídicas

O imposto de renda no Brasil é cobrado de dois tipos de pessoas: pessoa física e pessoa jurídica. E as formas de tributação do imposto de renda das pessoas jurídicas, são quatro: Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e Simples Nacional.

Para as empresas que não podem optar pelo Simples, que é a melhor opção, resta o sistema de apuração pelo Lucro Real ou Presumido para que não sejam afetadas pelo sistema de Lucro Arbitrado, que é o mais oneroso.

2.2.1 Lucro Real

No Lucro Real o recolhimento do imposto é com base no lucro apurado (receitas menos despesas comprovadas). A opção, disponível para todos, é obrigatória para empreendimentos com faturamento acima de R\$ 48 milhões por ano. O Lucro Real Segundo Gomes (2007, p. 182) Contabilmente falando, pode se concluir que o lucro real é aquele realmente apurado pela contabilidade, com base na completa escrituração contábil fiscal, com a estrita e rigorosa observância dos princípios fundamentais de contabilidade e demais normas fiscais e comerciais.

Algumas empresas estão obrigadas à adoção do regime do Lucro Real, conforme o que determina o art. 14 da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, não podendo se valer de nenhum outro sistema de apuração, sob pena de ter seu Lucro Arbitrado *ex officio* pelo fisco, o que pode ser muito prejudicial à empresa.

Optando pelo Lucro Real, a empresa terá dois caminhos a seguir. O primeiro é fazer a apuração trimestral do lucro real e o segundo é fazer a apuração do lucro real anual.

2.2.2 Lucro Presumido

No Lucro Presumido, opcional para empresas com receita anual de até R\$ 48 milhões, o Imposto de Renda e a CSLL incidem sobre um percentual pré-estabelecido.

O Lucro presumido é regime de tributação onde a base de cálculo é obtida por meio de aplicação de percentual definido em lei sobre a receita bruta. Como próprio nome diz, trata-se de presunção de lucro. Segundo Gomes (2007, p. 181) lucro presumido é uma forma simplificada de apuração de base de cálculo dos tributos com o Imposto de Renda e da contribuição social, restrita aos contribuintes que ao estão obrigados ao regime de apuração de tributação com base no lucro real.

A base de cálculo do Imposto de Renda das empresas tributadas pelo lucro presumido, apurada trimestralmente, será determinada mediante a aplicação dos percentuais fixados no art. 15 da Lei 9.249/95, de acordo com a atividade da pessoa jurídica, sobre a receita bruta auferida no trimestre, sendo o resultado acrescido de outras receitas, rendimentos e ganho de capital (art.25, Lei 9.430/96). O Imposto retido na fonte será considerado como antecipação do devido no trimestre.

A base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro devida pelas empresas submetidas à apuração do Imposto de Renda com base no lucro presumido corresponderá ao somatório dos valores apurados em cada trimestre com base no art. 29 e 30 da lei 9.430/96 e no art. 88 da IN SRF 390/04.

As empresas optantes pelo Lucro Presumido são obrigadas a recolher a Cofins e o PIS/Pasep e a base de cálculo é o faturamento mensal, assim sendo considerado a receita bruta de venda de mercadorias e de serviços de qualquer natureza, conforme Lei 10833/03 e 9718/98 e a alíquota é de 3,0% e 0,65% respectivamente.

2.2.3 Lucro Arbitrado

O Lucro Arbitrado é utilizado pelas autoridades fiscais em circunstâncias como: quando ocorrer opção indevida pelo regime de tributação, não cumprimento das obrigações fundamentais para correta apuração do lucro real, falta de escrituração fiscal e contábil na forma da lei, recusa na apresentação dos livros e documentos fiscais e contábeis.

Segundo Gomes (2007, p. 181):

[...] é utilizado ela autoridade tributária para determinação da base de cálculo do Imposto de Renda e da contribuição social devidos pelo contribuinte, quando a pessoa jurídica deixar de cumprir as obrigações acessórias relativas à determinação do lucro real ou presumido ou se recusar a fornecer os livros e documentos contábeis e fiscais solicitados em um processo de fiscalização.

Para reafirmar Fabretti (2007 p.260) cita que “é uma prerrogativa do fisco. Este poderá arbitrar o lucro na forma da lei, nas hipóteses em que a escrituração contábil e fiscal do contribuinte for desclassificada”.

2.2.4 O Simples Nacional

O SIMPLES consiste em uma forma simplificada e unificada de recolhimento de tributos, por meio da aplicação de percentuais favorecidos e progressivos, incidentes sobre uma única base de cálculo, a receita bruta.

Trata-se de um sistema de tributação em que com apenas uma alíquota a empresa quita todos os impostos referentes à sua atividade, como se fosse uma forma de tributação pelo "imposto único". Ele foi criado com o objetivo de unificar a arrecadação dos tributos e contribuições devidos pelas micro e pequenas empresas brasileiras, nos âmbitos dos governos federal, estaduais e municipais. O regime especial de arrecadação não é um tributo ou um sistema tributário, mas uma forma de arrecadação que unifica a cobrança de oito tributos e contribuições conforme discriminado no quadro a seguir:

Quadro 2 – Classificação dos tributos segundo a competência tributaria

Competências	Tributos
Federal	Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Contribuição para o PIS; Contribuição para a Seguridade Social - INSS, a cargo da pessoa jurídica (empresas com certas atividades devem recolher a contribuição em separado).
Estadual	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS
Municipal	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

Fonte: Lei Complementar 123 (2006)

3 O REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

O sistema foi introduzido no Brasil pela Lei n.º 9.317, de 6 de dezembro de 1996. Trata-se de um sistema de tributação em que com apenas uma alíquota a empresa quita todos os impostos atinentes à sua atividade, como se fosse uma forma de tributação pelo "imposto único".

O Simples Nacional surgiu para diminuir o alto índice de tributos pagos no Brasil, especialmente das micro e pequenas empresas, que representam mais de 90% dos empreendimentos do país. (SEBRAE, SP, 2009) e também pela necessidade de o sistema tributário nacional tornar eficazes os princípios constitucionais do favorecimento às

microempresas e empresas de pequeno porte, da simplificação e da redução das obrigações dessas empresas e do tratamento jurídico diferenciado a elas, dispostos explicitamente no art.170, IX e art.179 da Constituição Federal.

O Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples) é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às pessoas jurídicas consideradas como microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos definidos na Lei nº 9.317, de 1996, e alterações posteriores, estabelecido em cumprimento ao que determina o disposto no art. 179 da Constituição Federal de 1988. Constitui-se em uma forma simplificada e unificada de recolhimento de tributos, por meio da aplicação de percentuais favorecidos e progressivos, incidentes sobre uma única base de cálculo, a receita bruta.

O Simples Nacional não é um novo tributo, visto que não gerou nenhuma nova obrigação tributária principal além daquelas já existentes, relativas aos impostos e contribuições que foram incluídos no novo regime, também conhecido como “super simples”, institui sobre o recolhimento simplificado onde serão apurados os impostos por meio de uma única guia de Documento de Arrecadação do Simples Nacional “DAS”.

Segundo Bezerra apud (FENACON, 2007, p. 14), “ele instituiu o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos, que permite o recolhimento de oito impostos e contribuições em uma única guia: IRRF, CSLL, COFINS, PIS, IPI, INSS, ICMS, e ISS”.

A partir do ano de 2009 entrou em vigor a Lei Complementar 128/2008 que altera a Lei 123/2006, dando direito à tributação simplificada a negócios antes excluídos do Supersimples. É o caso, por exemplo, de laboratórios de análises clínicas.

Dentre as principais mudanças destaca-se que novos setores econômicos sejam inclusos no Simples Nacional, principalmente, da área de saúde. Também poderão ser incluídas, entre outras, empresas de decoração e paisagismo; de instalação, reparos e manutenção em geral; de próteses; de corretagem de seguros; de consertos; e de escolas de ensino médio e pré-vestibulares. a criação de uma nova categoria do Simples Nacional, o Microempreendedor Individual. Empreendedores individuais com receita bruta anual de até R\$ 36 mil ao ano, que empregam até três pessoas e que optem pelo Simples Nacional, ficarão isentos de grande parte dos tributos. Além de pagar em média R\$ 50 mensais de INSS. Destaca-se a transferência dos escritórios de serviços contábeis do anexo V para o anexo III da tabela do Supersimples, reduzindo a carga tributária para a categoria.

3.1 Definição de Micro Empresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)

Para fazer-se da explanação do embasamento legal da legislação das micro e pequenas empresas visto que fundamentam-se nos dispostos dos art.146 inciso III alínea “d”, art. 170 inciso IX e art.179, que regulamenta o tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas como forma de incentivo fiscal se tratando da onerosidade das suas obrigações, e segundo Amaro (2009, p. 144), “o tratamento diferenciado das microempresas e das empresas de pequeno porte, determinado pelo art. 179 da Constituição federal, é igualmente implementável, na esfera dos tributos, através da eliminação ou redução de gravames fiscais”.

Nos art.146, 170 e 179 trata das normas gerais sobre o tratamento diferenciado assegurando ao contribuinte a ordem econômica, incentivos tributários, previdenciários, administrativos e creditícios buscando o favorecimento às micro e pequenas empresas.

A pesar de ser prevista na constituição federal o tratamento diferenciado como incentivo as micro e pequenas empresas se firmou com a lei do Simples Federal nº 9.317/1996) e substituída atualmente pela lei complementar 123/2006.

A definição de microempresas e empresas de pequeno porte devidamente registrado no registro de empresas mercantis, ou no registro civil de pessoas jurídicas é regulamentada em seu art. 3º da LC 123/2006:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

4 A OPÇÃO PELO SIMPLES NO RAMO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Nem todas as micros e pequenas empresas podem optar por esse sistema especial. O impedimento pode se dar por sua atividade ou pelo tipo de receita que aufera. Mas com as alterações realizadas pela Lei Complementar 128/2008, inclui-se diversas categorias que agora podem optar pelo regime de tributação Simples Nacional, como é o caso das empresas objeto de estudo que realizam a atividade de Laboratório de Análises Clínicas.

No quadro apresentado a seguir é possível identificar as principais mudanças que ocorreram com a publicação da Lei 128/2008.

Quadro 3 – Relação das alterações da Lei 128/2008

Com a publicação da Lei Complementar 128/2008, ocorreram algumas mudanças com relação ao Anexo V, conforme descritos abaixo:	
INSS incluído;	Incentiva o emprego;
Menores alíquotas para quem emprega mais;	Incentiva a formalização da remuneração do trabalhador, inclusive do pró-labore do empresário;
Menores alíquotas para quem fatura menos, beneficiando as empresas de menor porte;	Para empresas que empregam mais, a maior parte do valor recolhido é direcionada ao INSS;
Proteção da Previdência Social;	Para empresas com baixo índice de mão-de-obra, a maior parte do valor recolhido é direcionada ao Imposto de Renda.

Fonte: Receita Federal do Brasil (2009)

Existem diversas vantagens para as empresas optantes pelo Simples Nacional segundo Portal Tributário (2009) que podem ser resumidas como segue:

- a) Menor tributação;
- b) Maior facilidade no atendimento da legislação tributária, previdenciária e trabalhista;
- c) Simplificação no pagamento de diversos tributos abrangidos pelo sistema, mediante uma única guia;
- d) Possibilidade de tributar as receitas à medida do recebimento das vendas ("regime de caixa");
- e) Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. O Decreto 6.204/2007 regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal;
- f) Possibilidade de formar SPE - Sociedade de Propósito Específico e participar de Consórcios Simples, para compras e vendas de produtos e serviços;
- g) É facultado ao empregador de microempresa ou de empresa de pequeno porte fazer-se substituir ou representar junto à justiça do trabalho por terceiros que conheçam dos fatos, ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário;
- h) Regras especiais para protesto de títulos, com redução de taxas e possibilidade de pagamento com cheque;
- i) As empresas enquadradas no Simples, assim como as pessoas físicas capazes, também são admitidas como proponentes de ação perante o Juizado Especial;

- j) As microempresas e as empresas de pequeno porte que se encontrem sem movimento há mais de três anos poderão dar baixa nos registros dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos;
- k) Estão dispensadas da entrega da apresentação da DCTF - Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais e do DACON - Demonstrativo de Apuração das Contribuições Federais, as empresas optantes pelo Simples Nacional, relativamente aos períodos abrangidos por esse sistema.

As empresas objeto de estudo estão enquadradas no Anexo V da Lei Complementar 123/2006 devido ao seu ramo de atividade conforme disposto na Seção III Art.18 § 5º-D:

Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo V desta Lei Complementar: [...]

XII - laboratórios de análises clínicas ou de patologia clínica; [grifo da autora]

4.1 A relação da receita auferida com a folha de salários no regime Simples Nacional

Na hipótese de existência de receitas sujeitas à aplicação de alíquotas do Anexo V, deverá ser apurado o fator “r” que é a relação estabelecida entre a soma da folha de salários inclusos encargos dos últimos doze meses e a receita bruta total auferida nos doze meses anteriores, segundo Lei Complementar 123/2006.

O “fator r”, que deverá ser calculado todo mês através da fórmula indicada a baixo para fins de enquadramento na tabela, sendo este o principal diferencial do Anexo V com relação aos demais anexos, no que se refere à vantagem na opção pelo Simples Nacional para o ramo de atividade objeto da pesquisa.

$$r = \frac{\text{Folha de salários, incluídos encargos, nos 12 meses anteriores ao período de apuração}}{\text{Receita bruta total acumulada nos 12 meses anteriores ao período de apuração}}$$

Observa-se um exemplo pratico para melhor entendimento do cálculo para determinação do fator “r”:

Laboratório de Análises Clínicas, optante pelo Simples, que apurou os seguintes dados relativos aos 12 meses anteriores ao período de apuração:

Salários R\$ 50.000,00

Pró-Labore R\$ 20.000,00

INSS R\$ 25.000,00

FGTS R\$ 4.000,00

Total Pago R\$ 99.000,00

Receita bruta total acumulada nos 12 meses anteriores ao período de apuração: R\$ 250.000,00.

Então: $r = 99.000,00 / 250.000,00$ **$r = 0,396$**

Neste exemplo, o enquadramento, para fins de alíquota, será 13,08% do Anexo V.

Figura 1 – Exemplo pratico para definição de alíquota do Simples no anexo V.

4.2 Análise dos resultados na opção pelo SIMPLES

Os cálculos serão realizados através dos métodos de tributação utilizados e aceitos pela legislação brasileira, a fim de identificar qual o mais vantajoso para a empresa em estudo.

Os métodos de tributação utilizados são: o Simples, o Lucro Presumido.

Os dados utilizados para os cálculos dos impostos são dados reais, e foram fornecidos pelas empresas objeto de estudo.

A pesquisa se deu no estudo de três empresas localizadas no município de Cacoal, RO, ambas atuantes no ramo de análises clínicas, e com faturamento até 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), onde até o Exercício Social de 2008, ambas se enquadravam no regime tributário Lucro Presumido, e a partir do primeiro semestre de 2009, verificou-se as possibilidades de vantagem na opção destas pelo regime simplificado de tributação onde os dados obtidos das empresas A, B e C foram os seguintes conforme apresentados abaixo:

Empresa A: 1º semestre de 2009:

Tabela 1 – Demonstração dos tributos pagos no regime de tributação Lucro Presumido – Empresa A

Mês	INSS s/Folha	ISSQN	PIS	COFINS	CSLL	IRPJ	Total
Alíquota	27,8%	5,0%	0,65%	3,0%	1,08%	1,02%	
jan/09	1.124,63	1.159,82	150,78	695,89			3.131,12
fev/09	1.254,65	0,00	0	0			1.254,65
mar/09	1.640,81	927,62	120,59	556,57	450,89	500,99	4.197,47
abr/09	1.580,62	459,03	59,67	275,42			2.374,74
mai/09	1.525,44	397,22	51,64	238,33			2.212,63
jun/09	1.508,39	672,40	87,41	403,44	330,19	366,88	3.368,71
Total	8.634,54	3.616,09	470,09	2169,65	781,08	867,87	16.539,32

Fonte: empresa (2009)

Tabela 2 – Demonstração dos tributos pagos no regime de tributação Simples Nacional – Empresa A

Mês	INSS s/Faturamento	ISSQN	PIS	COFINS	CSLL	IRPJ	Total
jan/09	1.670,16	463,92	38,91	116,73	7,48	22,44	2.319,64
fev/09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
mar/09	1.376,61	517,61	40,38	121,15	8,77	26,33	2.090,85
abr/09	681,23	256,13	19,55	58,67	4,77	14,31	1.034,66
mai/09	589,50	221,64	17,35	52,07	3,69	11,08	895,33
jun/09	997,86	375,19	29,49	88,47	6,14	18,43	1.515,58
Total	5.315,36	1.834,49	145,68	437,09	30,85	92,59	7.856,06

Fonte: empresa (2009)

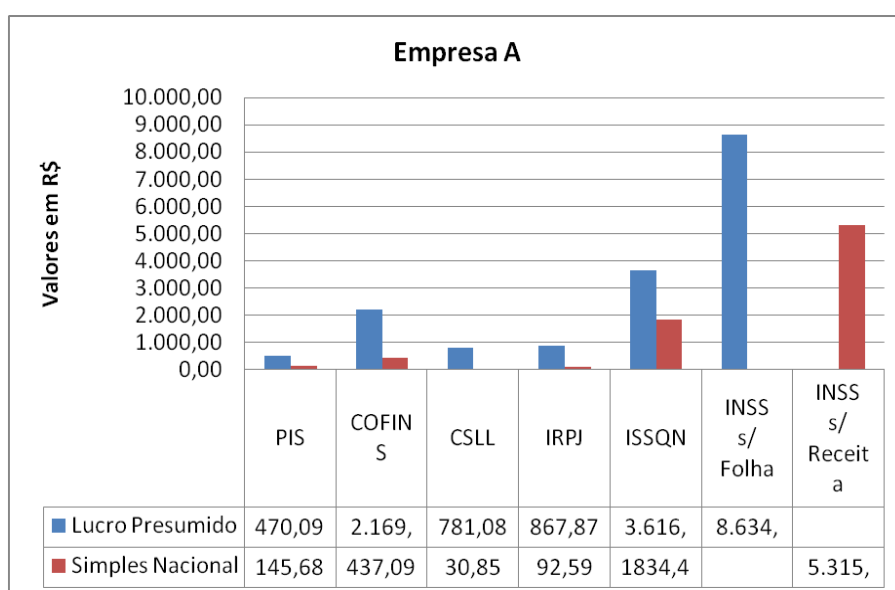


Figura 2 – Comparativo dos impostos pagos pela Empresa A

Com base nos demonstrativos contábeis e também por meio de informações obtidas junto ao gestor, salienta-se que a empresa A, em 2008, estava enquadrada pelo regime do lucro presumido, vindo a migrar, em 2009, para o regime Simples Nacional.

Após análise dos dados, e comparados os regimes de tributação através as tabelas 1 e 2, conclui-se que a empresa obteve uma economia tributária de R\$ 8.683,26 (oito mil seiscentos e oitenta e três reais e vinte e seis centavos) isso somente no 1º semestre de 2009, observa-se que ela economizou em termos monetários mais do que pagou em impostos, sem levar em consideração as outras vantagens que agora ela possui estando enquadrada no regime do SIMPLES, e após análise da figura 2 percebe-se nitidamente que todos os impostos tiveram um menor ônus no regime simplificado. Vale salientar que o regime Lucro Presumido não é vantajoso para essa empresa, e que o regime Simples Nacional proporcionou melhores resultados em termos de economia monetária.

Empresa B: 1º semestre de 2009.

Tabela 3 – Demonstração dos tributos pagos no regime de tributação Lucro Presumido – Empresa B

Mês	INSS s/ Folha	ISSQN	PIS	COFINS	CSLL	IRPJ	Total
Alíquota	27,8%	5,0%	0,65%	3,0%	1,08%	1,02%	
jan/09	2.027,74	1.692,61	220,04	1.015,56			4.955,95
fev/09	3.369,54	727,85	94,62	436,71			4.628,72
mar/09	3.676,04	1.975,21	256,78	1.185,12	949,46	1.054,96	9.097,57
abr/09	3.915,22	3.033,98	394,42	1.820,39			9.164,00
mai/09	4.449,82	521,24	67,76	312,74			5.351,56
jun/09	5.172,06	3.189,62	414,65	1.913,77	1.456,88	1.618,76	13.765,74
Total	22.610,42	11.140,49	1.448,26	6.684,30	2.406,35	2.673,72	46.963,54

Fonte: empresa (2009)

Tabela 4 – Demonstração dos tributos pagos no regime de tributação Simples Nacional – Empresa B

Mês	INSS s/Faturamento	ISSQN	PIS	COFINS	CSLL	IRPJ	Total
jan/09	1.606,62	1.310,07	295,09	885,28	737,73	2.213,22	7.048,01
fev/09	712,73	563,35	141,98	425,95	236,64	709,92	2.790,57
mar/09	2.296,79	1.528,81	443,76	1.331,30	493,07	1.479,22	7.572,95
abr/09	3.745,91	2.348,29	650,10	1.950,32	541,75	1.625,27	10.861,64
mai/09	672,82	403,43	111,60	334,80	85,84	257,54	1.866,03
jun/09	4.601,08	2.449,62	612,15	1.836,46	382,59	1.147,79	11.029,69
Total	13.635,95	8.603,57	2254,68	6764,11	2477,62	7432,96	41.168,89

Fonte: empresa (2009)

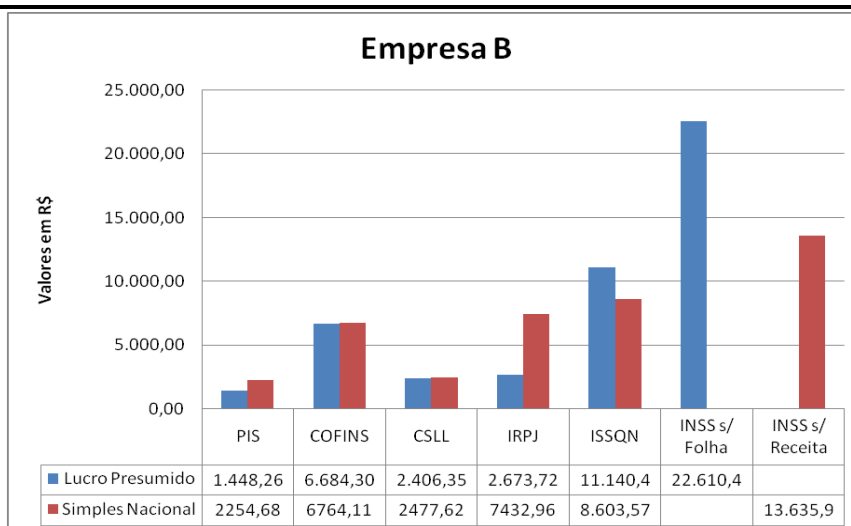


Figura 3 – Comparativo dos impostos pagos pela empresa B

A empresa B, em 2008, estava enquadrada pelo regime do lucro presumido, vindo a migrar, em 2009, para o regime Simples Nacional.

Após análise das tabelas 3 e 4, conclui-se que a empresa obteve uma economia tributária de R\$ 5.794,95 (cinco mil setecentos e noventa e quatro reais e noventa e cinco centavos) isso somente no 1º semestre de 2009, conclui-se que a empresa economizou estando enquadrada no regime do SIMPLES, e após análise do figura 3 percebe-se que para os impostos como PIS, COFINS, CSLL, IRPJ no regime simplificado se pagou mais do que no Lucro Presumido, já o ISSQN foi bem menor no regime simplificado, e o que pesou mais foi o valor pago ao INSS que se caso fosse no Lucro Presumido (sendo a base os salários de contribuição) a carga tributária seria bem mais elevada, desembolsaria mais do que no Simples Nacional (sendo a base a receita auferida). Vale salientar que o regime Lucro Presumido não é vantajoso para essa empresa.

Empresa C: 1º semestre de 2009.

Tabela 5 – Demonstração dos tributos pagos no regime de tributação Lucro Presumido – Empresa C

Mês	INSS s/ Folha	ISSQN	PIS	COFINS	CSLL	IRPJ	Total
Alíquota	27,8%	5,0%	0,65%	3,0%	1,08%	1,02%	
jan/09	952,49	882,30	114,7	529,38			2.478,87
fev/09	809,65	961,86	125,04	577,11			2.473,66
mar/09	676,00	675,79	87,85	405,48	544,31	604,79	2.994,22
abr/09	842,80	1.548,15	201,26	928,89			3.521,10
mai/09	751,51	634,24	82,45	380,54			1.848,74
jun/09	676,00	1.610,16	209,32	966,1	819,19	910,21	5.190,98
Total	4.708,45	6.312,50	820,62	3787,50	1363,50	1515,00	18.507,57

Fonte: empresa (2009)

Tabela 6 – Demonstração dos tributos pagos no regime de tributação Simples Nacional – Empresa C

Mês	INSS s/ Faturamento	ISSQN	PIS	COFINS	CSLL	IRPJ	Total
jan/09	1.021,43	492,32	156,3	468,69	144,3	432,67	2.715,71
fev/09	928,77	673,30	249,13	747,11	281,64	525,03	3.404,98
mar/09	611,86	473,05	112,28	337,21	200,95	656,96	2.392,31
abr/09	1.506,35	863,87	262,11	786,75	437,27	1311,39	5.167,74
mai/09	574,23	443,97	105,37	316,48	188,59	616,56	2.245,20
jun/09	1.566,69	898,47	272,6	818,26	454,79	1363,92	5.374,73
Total	6.209,33	3.844,98	1157,7	3474,50	1707,54	4906,53	21.300,67

Fonte: empresa (2009)

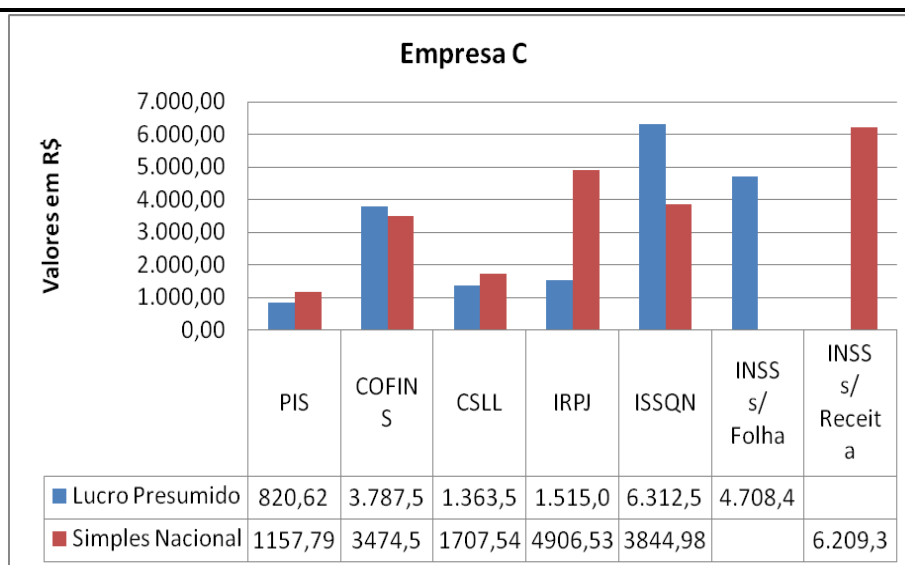


Figura 4 – Comparativo dos impostos pagos pela empresa C

Após análise comparativa dos regimes tributários não se recomenda a opção pelo Simples Nacional, devido ao melhor resultado proporcionado pelo Lucro Presumido, uma vez que representou uma economia tributária de R\$ 2.793,10 (Dois mil setecentos e noventa e três reais e dez centavos) no 1º semestre de 2009 e ao considerarmos a figura 4 observa-se que na opção pelo Simples Nacional o IRPJ é muito superior em relação ao Lucro Presumido, e que o INSS sobre o faturamento (Receita) é muito superior ao INSS sobre a folha de pagamento o que nos levar a considerar o fator “r” determinante, se a empresa A emprega-se mais conseqüentemente a sua folha de salários seria maior, o que levaria a uma diminuição no fator “r” e uma diminuição na alíquota na Tabela do Anexo V, sendo assim mais vantajoso para ela optar pelo regime Simples nacional, pois os outros impostos como PIS, COFINS, CSLL, estão bem próximos, o que não exerce influencia direta na escolha do regime tributário, já o ISSQN no regime simplificado é bem menor, tendo em vista que a alíquota que no regime atual é de 5% e passaria a ser em media 3,14%(media dos últimos 06 meses – a tabela é progressiva).

Na figura a seguir está demonstrado um comparativo com o valor total de todos os impostos apurados nas três empresas nos regimes de tributação Simples Nacional e Lucro Presumido para verificação da melhor opção legal.

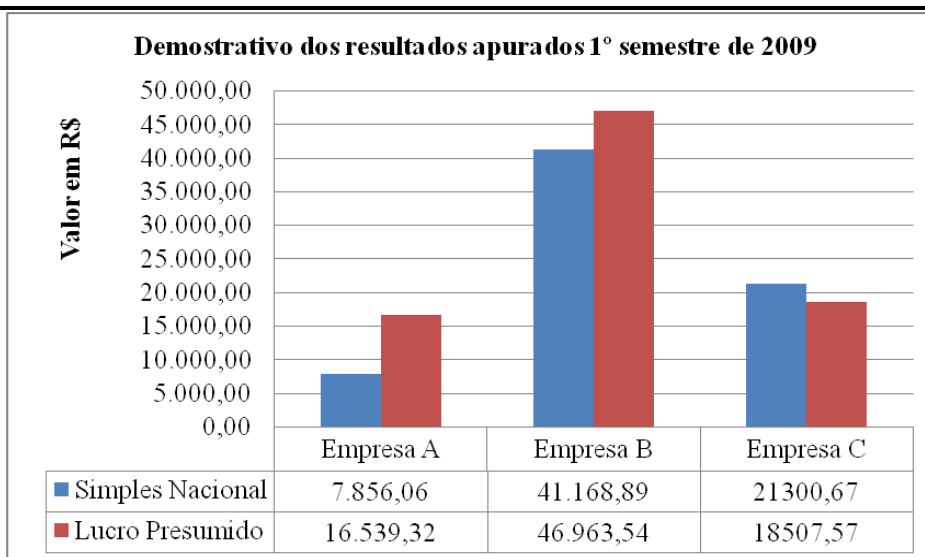


Figura 5 – Comparativo do total de Impostos pagos no 1º Semestre de 2009 pela Empresa A,B,C.

Após análise dos dados da pesquisa e confrontados no figura 5, percebe-se a relevância da opção no regime Simples Nacional, levando em conta o fator “r”, nas empresas pesquisadas. Neste sentido faz-se importante sempre reconhecer o Planejamento Tributário como instrumento de gestão para as empresas, contribuindo dessa forma para a economia tributária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a pesquisa no âmbito tributário para as empresas é de suma importância, o Planejamento Tributário e um fator de diferenciação para assegurar a competitividade e constitui uma forma preventiva e legítima de economia na carga tributária, através de lacunas na lei pode-se buscar alternativas na diminuição de impostos e tomadas de decisões, que refletem positivamente nos resultados da empresa.

Com relação aos regimes de tributação fica demonstrado que cada empresa deve ser analisada individualmente, cabendo uma profunda análise para a opção da melhor tributação, determinando o sucesso ou fracasso dos negócios, independente do porte da empresa.

A pesquisa desenvolvida através de análise das demonstrações contábeis mostra que para as empresas analisadas A e B a melhor forma de tributação é o Simples Nacional pela sua atividade e volume de receita, e valor de sua folha de pagamento na qual é possível pagar os impostos com alíquotas reduzidas. Já para empresa C a pesquisa mostrou que a melhor forma de tributação é o Lucro Presumido, em virtude do valor de sua folha de pagamento

Observou-se na prática o quanto é importante conhecer, planejar, entender e aplicar a melhor forma de tributação diante de longa análise contábil, contribuindo desta forma com a diminuição da carga tributária quando se opta por um regime correto.

As pesquisas realizadas neste artigo sugerem algumas áreas para o desenvolvimento de outros estudos. Uma das áreas para o desenvolvimento de futuros trabalhos de pesquisa, é os benefícios alcançados com a opção do Simples Nacional pelos Escritórios de Contabilidade.

REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 15 ed. São Paulo: Saraiva. 2009.

BRASIL. **Código Tributário Nacional** Lei Nº 5.172 DE 25 DE OUTUBRO D 1996. <http://www.sefin.ro.gov.br/legislacao_tributaria.asp>. Acesso em 20 Ago. 2009.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 11 jul. 2009.

_____. **Emenda Constitucional nº 39**. 19 de Dezembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc39.htm> Acesso em 15 Ago. 2009

_____. **Instrução Normativa SRF nº 390**. 30 de Janeiro 2004. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2004/in3902004.htm>> Acesso em 20 Ago. 2009.

_____. **Lei nº 5.172**. 25 de Dezembro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. In: RT Mini Códigos, São Paulo, 6º ed. 2004.

_____. **Lei nº 8.137**. 27 de Dezembro de 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8137.htm>>. Acesso em 18 ago. 2009.

_____. **Lei nº 9.317**. 5 de Dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/I9317.htm>> Acesso em 20 Ago. 2009.

_____. **Lei nº 9.430**. 27 de Dezembro de 1996. Disponível em:
<<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1996/9430.htm>> Acesso em 29 de Jun. 2009.

_____. **Lei nº 9.718**. 27 de Novembro de 1998. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/leis/Ant2001/lei971898.htm>> Acesso em 28 de Jun. 2009.

_____. **Lei Complementar nº 123**. 14 de Dezembro de 2006. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp123.htm>> Acesso em 29 Jun. 2009.

_____. **Receita Federal do Brasil**. 2009 Disponível em:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/AutomaticoSRFSinot/2008/12/23/2008_12_23_16_43_32_158088421.html>. Acesso em 10 Ago. 2009

DEUS, Robson R. **O Sistema Tributário Brasileiro**. 2006. Disponível em:
http://www.administradores.com.br/artigos/o_sistema_tributario_brasileiro/12864/ Acesso em 10 Ago. 2009

DÓRIA, Antonio Roberto Sampaio. **Elisão e Evasão Fiscal**. 2. ed. São Paulo: José Bushatsky, 1977.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 10. ed. São Paulo:Atlas, 2007.

FENACON EM SERVIÇOS. Distrito Federal: Prol , nº 121, Maio/Junho 2007.

GOMES, Marliete Bezerra; Chieregato, Renato; Perez Jr., José Hernandez; Oliveira Luiz, Martins de. **Manual de Contabilidade Tributária**. 6. ed. São Paulo: Atlas , 2007

LATORRACA, Nilton. **Direito Tributário: imposto de renda das empresas**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SEBRAE. **Simples Nacional: mais prazos**. 2009. Disponível em:
<<http://www.proparnaiba.com/sebrae/simples-nacional-mais-prazos.html>> Acesso em 21 jul. 2009

_____, São Paulo. 2009. Disponível em:
<<http://www.sebraesp.com.br/Principal/Conhecendo%20a%20MPE/>> Acesso em 05 Ago. 2009.

TRIBUTARIO, Portal. **Os tributos no Brasil.** Disponível em:
<<http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>> Acesso em 17 Ago.2009

ZANLUCA, Julio Cesar. **Planejamento Tributário: pague menos, dentro da lei.**
Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/planejamento.htm>> Acesso em 20 jul.
2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – DEMOSTRATIVOS DA EMPRESA A

LUCRO PRESUMIDO ANO 2008

Mês /Ano	Fat. Prestação de Serviços (R\$)	Valor da Folha de pgto salários	INSS 27,8%	ISS PAGO 5%	PIS PAGO 0,65%	COFINS PAGO 3,00%	CSSL 32% e 9%	IRPJ 32% e 15%	Total
jan/08	9.025,85	6.229,55	1.667,07	451,29	58,67	270,78			2.447,81
fev/08	11.023,83	7.524,13	2.019,17	551,19	71,65	330,71			2.972,73
mar/08	2.009,45	4.631,01	1.214,88	100,47	13,06	60,28	635,30	1.058,84	3.082,84
abr/08	16.787,22	3.167,91	808,14	839,36	109,12	503,62			2.260,23
mai/08	9.677,07	5.295,99	1.399,75	483,85	62,90	290,31			2.236,81
jun/08	11.151,61	5.295,99	1.399,75	557,58	72,49	334,55	1.083,3	1.805,56	5.253,26
jul/08	9.910,78	5.950,09	1.581,59	495,54	64,42	297,32			2.438,87
ago/08	11.510,07	5.950,00	1.581,56	575,50	74,82	345,30			2.577,18
set/08	9.638,04	6.480,46	1.729,03	481,90	62,65	289,14	894,50	1.490,83	4.948,04
out/08	9.032,49	7.872,95	2.116,14	451,62	58,71	270,97			2.897,45
nov/08	0,00	6.133,43	1.632,55	0,00	0,00	0,00			1.632,55
dez/08	17.595,40	7.981,79	2.146,40	879,77	114,37	527,86	766,88	1.278,14	5.713,42
Total	117.361,8	72.513,3	19.296,0	5.868,0	762,85	3.520,85	3380,0	5.633,37	38.461,20

Fonte: empresa (2008).

SIMPLES NACIONAL 1º SEMESTRE DE 2009

Mês/Ano	Faturamento Prestação de Serviços (R\$)	Valor da Folha de pagamento salários	Prestação de serviço sujeito ao anexo V sem retenção de ISS						Total do DAS
			IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/Pasep	INSS/CPP	ISS	
jan/09	23.196,43	4.358,00	22,44	7,48	116,73	38,91	1.670,16	463,92	2.319,64
fev/09	0,00	4.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
mar/09	18.552,37	6.685,00	26,33	8,77	121,15	40,38	1.376,61	517,61	2.090,85
abr/09	9.180,63	6.468,50	14,31	4,77	58,67	19,55	681,23	256,13	1.034,66
mai/09	7.944,38	6.270,00	11,08	3,69	52,07	17,35	589,50	221,64	895,33
jun/09	13.447,93	6.208,67	18,43	6,14	88,47	29,49	997,86	375,19	1.515,58
Total	72.321,74	34.830,17	92,59	30,85	437,09	145,68	5.315,36	1.834,49	7.856,06

LUCRO PRESUMIDO 1º SEMESTRE DE 2009

Mês/Ano	Faturamento Prestação de Serviços (R\$)	Valor da Folha de pagamento salários	INSS 27,8%	ISS 5%	PIS 0,65%	COFINS 3,00%	CSSL 12% e 9%	IRPJ 8% e 15%	Total
jan/09	23.196,43	4.358,00	1.124,63	1.159,82	150,78	695,89			3.131,12
fev/09	0,00	4.840,00	1.254,65	0,00	0,00	0,00			1.254,65
mar/09	18.552,37	6.685,00	1.640,81	927,62	120,59	556,57	450,89	500,99	4.197,46
abr/09	9.180,63	6.468,50	1.580,62	459,03	59,67	275,42			2.374,74
mai/09	7.944,38	6.270,00	1.525,44	397,22	51,64	238,33			2.212,63
jun/09	13.447,93	6.208,67	1.508,39	672,40	87,41	403,44	330,19	366,88	3.368,70
Total	72.321,74	34.830,17	8.634,54	3.616,09	470,09	2.169,65	781,07	867,86	16.539,31

Fonte: empresa (2009).

APÊNDICE B – DEMOSTRATIVOS DA EMPRESA B

LUCRO PRESUMIDO ANO 2008

Mês /Ano	Fat. Prestação de Serviços (R\$)	Valor da Folha de pgto salários	INSS 27,8%	ISS PAGO 5%	PIS PAGO 0,65 %	COFINS PAGO 3,00%	CSSL 32% e 9%	IRPJ 32% e 15%	Total
jan/08	52.416,95	3.449,16	926,50	2.620,8	340,71	1.572,51			5.460,56
fev/08	56.059,55	3.949,31	1.061,64	2.802,9	364,39	1.681,79			5.910,79
mar/08	61.340,83	4.695,54	1.269,09	3.067,0	398,72	1.840,22	4.890,7	8.151,23	19.617,04
abr/08	49.267,72	7.413,07	1.988,29	2.463,3	320,24	1.478,03			6.249,95
mai/08	28.379,96	7.357,96	1.972,97	1.419,0	184,47	851,40			4.427,84
jun/08	71.229,30	7.486,38	2.008,67	3.561,4	462,99	2.136,88	4.287,6	7.146,10	19.603,76
jul/08	30.709,22	5.795,71	1.538,67	1.535,4	199,61	921,28			4.195,01
ago/08	28.061,08	6.373,26	1.699,23	1.403,0	182,40	841,83			4.126,51
set/08	62.795,31	6.483,39	1.729,84	3.139,7	408,17	1.883,86	3.501,0	5.835,15	16.497,88
out/08	27.206,60	6.590,30	1.759,56	1.360,3	176,84	816,20			4.112,93
nov/08	33.655,68	9.963,40	2.697,29	1.682,7	218,76	1.009,67			5.608,50
dez/08	63.669,97	11.549,0	3.138,10	3.183,5	413,85	1.910,10	3.586,5	5.977,55	18.209,63
Total	564.792,1	81.106,5	21.789,8	28.239,	3.671,	16.943,7	16.266,	27.110,02	114.020,4

Fonte: empresa (2008).

SIMPLES NACIONAL 1º SEMESTRE DE 2009

Mês/Ano	Faturamento Prestação de Serviços (R\$)	Valor da Folha de pagamento salários	Prestação de serviço sujeito ao anexo V sem retenção de ISS						Total do DAS
			IRPJ	CSLL	COFIN S	PIS/Pas ep	INSS/C PP	ISS	
jan/09	33.852,10	12.349,11	2.213,22	737,73	885,28	295,09	1.606,62	1.310,07	7.048,01
fev/09	14.556,98	12.251,13	709,92	236,64	425,95	141,98	712,73	563,35	2.790,57
mar/09	39.504,16	13.353,63	1.479,22	493,07	1.331,30	443,76	2.296,79	1.528,81	7.572,95
abr/09	60.679,54	14.214,00	1.625,27	541,75	1.950,32	650,10	3.745,91	2.348,29	10.861,64
mai/09	10.424,74	16.137,00	257,54	85,84	334,80	111,60	672,82	403,43	1.866,03
jun/09	63.792,33	18.735,00	1.147,79	382,59	1.836,46	612,15	4.601,08	2.449,62	11.029,69
Total	222.809,85	87.039,87	7.432,96	2.477,62	6.764,11	2.254,68	13.635,9	8.603,57	41.168,89

LUCRO PRESUMIDO 1º SEMESTRE DE 2009

Mês/Ano	Faturamento Prestação de Serviços (R\$)	Valor da Folha de pagamento salários	INSS 27,8%	ISS 5%	PIS 0,65%	COFIN S 3,00%	CSSL 12% e 9%	IRPJ 8% e 15%	Total
jan/09	33.852,10	12.349,11	2.027,74	1.692,61	220,04	1.015,56			4.955,95
fev/09	14.556,98	12.251,13	3.369,54	727,85	94,62	436,71			4.628,72
mar/09	39.504,16	13.353,63	3.676,04	1.975,21	256,78	1.185,12	949,46	1.054,96	9.097,57
abr/09	60.679,54	14.214,00	3.915,22	3.033,98	394,42	1.820,39			9.164,00
mai/09	10.424,74	16.137,00	4.449,82	521,24	67,76	312,74			5.351,56
jun/09	63.792,33	18.735,00	5.172,06	3.189,62	414,65	1.913,77	1.456,88	1.618,76	13.765,74
Total	222.809,85	87.039,87	22.610,4	11.140,4	1.448,26	6.684,30	2.406,35	2.673,72	46.963,54

Fonte: empresa (2009).

APÊNDICE C – DEMOSTRATIVOS DA EMPRESA C

LUCRO PRESUMIDO ANO 2008

Mês /Ano	Fat. Prestação de Serviços (R\$)	Valor da Folha de pgto salários	INSS 27,8%	ISS 5%	PIS 0,65%	COFIN S 3,00%	CSSL 32% e 9%	IRPJ 32% e 15%	Total
jan/08	8.966,48	3.704,18	959,55	448,32	58,28	268,99			1.735,15
fev/08	18.362,71	3.853,88	1.001,16	918,14	119,36	550,88			2.589,53
mar/08	29.480,83	3.826,21	988,41	1.474,04	191,63	884,42	1.636,13	2.726,88	7.901,51
abr/08	14.127,98	3.803,18	982,00	706,40	91,83	423,84			2.204,07
mai/08	29.169,64	3.139,18	829,78	1.458,48	189,60	875,09			3.352,95
jun/08	27.359,11	2.973,18	783,63	1.367,96	177,83	820,77	2.034,91	3.391,52	8.576,63
jul/08	22.352,58	2.973,18	783,63	1.117,63	145,29	670,58			2.717,13
ago/08	19.959,86	2.973,18	783,63	997,99	129,74	598,80			2.510,16
set/08	23.629,33	3.000,39	791,19	1.181,47	153,59	708,88	1.899,12	3.165,20	7.899,45
out/08	5.932,23	3.192,93	844,71	296,61	38,56	177,97			1.357,85
nov/08	6.880,20	3.000,36	791,19	344,01	44,72	206,41			1.386,33
dez/08	32.956,72	3.000,36	791,19	1.647,84	214,22	988,70	1.318,15	2.196,92	7.157,02
Total	239.177,6	39.440,2	10.330,0	11.958,8	1.554,65	7.175,33	6.888,32	11.480,53	49.387,78

Fonte: empresa (2008).

LUCRO PRESUMIDO 1º SEMESTRE DE 2009

Mês /Ano	Fat. Prestação de Serviços (R\$)	Valor da Folha de pgto salários	INSS 27,8%	ISS 5%	PIS 0,65%	COFIN S 3,00%	CSSL 12% e 9%	IRPJ 8% e 15%	Total
jan/09	17.646,01	3.580,57	952,49	882,30	114,70	529,38			2.478,87
fev/09	19.237,16	3.080,84	809,65	961,86	125,04	577,11			2.473,66
mar/09	13.515,85	2.600,00	676,00	675,79	87,85	405,48	544,31	604,79	2.994,22
abr/09	30.963,07	3.200,00	842,80	1.548,15	201,26	928,89			3.521,11
mai/09	12.684,76	2.871,68	751,51	634,24	82,45	380,54			1.848,74
jun/09	32.203,29	2.600,00	676,00	1.610,16	209,32	966,10	819,19	910,21	5.190,99
Total	126.250,1	17.933,0	4.708,45	6.312,51	820,63	3.787,50	1.363,50	1.515,00	18.507,59

Fonte: empresa (2009).

SIMPLES NACIONAL 1º SEMESTRE DE 2009

Mês/Ano	Faturamento Prestação de Serviços (R\$)	Valor da Folha de pagamento salários	Prestação de serviço sujeito ao anexo V sem retenção de ISS						Total do DAS
			IRPJ	CSLL	COFIN S	PIS/Pas ep	INSS/C PP	ISS	
jan/09	17.646,01	3.580,57	432,67	144,3	885,28	156,3	1.021,43	492,32	2.715,71
fev/09	19.237,16	3.080,84	525,03	281,64	425,95	249,13	928,77	673,30	3.404,98
mar/09	13.515,85	2.600,00	656,96	200,95	1.331,30	112,28	611,86	473,05	2.392,31
abr/09	30.963,07	3.200,00	1311,39	437,27	1.950,32	262,11	1.506,35	863,87	5.167,74
mai/09	12.684,76	2.871,68	616,56	188,59	334,80	105,37	574,23	443,97	2.245,20
jun/09	32.203,29	2.600,00	1363,92	454,79	1.836,46	272,6	1.566,69	898,47	5.374,73
Total	126.250,14	15.333,09	4906,53	1707,54	6.764,11	1157,79	6.209,33	3.844,98	21.300,67

Fonte: empresa (2009)